

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 544.902 - MG (2019/0336639-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
EMBARGANTE : LEONARDO EUSTAQUIO VIEIRA
ADVOGADO : BRUNO VITOR COELHO - MG179881
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por LEONARDO EUSTÁQUIO VIEIRA contra decisão de minha lavra, na qual indeferi liminarmente a petição inicial, nos termos da seguinte ementa (fl. 53):

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DO DECRETO PRISIONAL. DOCUMENTO ESSENCIAL À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA LIMINARMENTE."

O Embargante afirma que há obscuridade na decisão, porquanto *"o Paciente juntou sim a decisão conforme consta em fls. (e-STJ fl. 41, 42, 43 44), assim requer análise com o devido respeito ao caso, pois bastar conferir os documentos que verá a decisão devidamente juntada"* (fl. 59).

Busca, assim, que seja dado efeito infringente aos embargos para que haja a concessão da ordem de *habeas corpus*.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a suprir eventual omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou ambiguidade existentes no julgado.

No caso, o Embargante não demonstra, em sua argumentação, a ocorrência de nenhuma das hipóteses legais ensejadoras dos embargos declaratórios.

Com efeito, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida na decisão embargada, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, é incabível na via dos embargos declaratórios.

Superior Tribunal de Justiça

Ao indeferir liminarmente a petição de *habeas corpus*, assim consignei (fls. 54-55):

"A pretensão formulada não pode ser conhecida, pois a documentação trazida aos autos é incompleta e não permite a integral compreensão da controvérsia.

Como se sabe, compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o habeas corpus (ou seu respectivo recurso) – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe de 28/02/2013.

Ocorre que, no caso, à inicial não foi acostado o inteiro teor do título judicial em que foi decretada a prisão preventiva do Paciente. Dessa forma, sem o referido documento, não há como examinar a ilegalidade da segregação processual.

Assim, a Parte Impetrante não se desincumbiu do ônus de formar devidamente os autos, olvidando-se de que o habeas corpus 'pressupõe prova pré-constituída do direito alegado' (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018).

No mesmo sentido, destaco as seguintes decisões monocráticas desta Corte: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 08/05/2019; e HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 08/05/2019, v.g."

Conforme relatado, o Embargante alega que houve omissão no acórdão embargado e indica a juntada da decisão que decretou a prisão preventiva. **Ocorre que a cópia do *decisum* colacionado às fls. 40-44 está incompleta**, como expressamente afirmado na decisão embargada: ausência de cópia **integral** do título judicial em que foi decretada a prisão preventiva do Paciente/Embargante.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora